

A PRODUÇÃO DE UM DOSSIÊ SOBRE UM PROCESSO EM CURSO

*Clarice Cohn*¹

Este dossiê está sendo montado desde 2010, quando foi realizado o leilão para a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. Nesta ocasião, foram convidados especialistas em grandes obras e processos de licenciamentos; antropólogos que trabalhavam com povos indígenas que sofrem impacto da usina, muitos deles já envolvidos com os Estudos de Impacto Ambiental – Componente Indígena para estes povos; servidores da FUNAI local; as especialistas que elaboravam o Plano Básico Ambiental – Componente Indígena; e representantes dos povos indígenas. O dossiê reúne os textos daqueles que responderam à nossa chamada inicial; a FUNAI local entendeu fazer parte do processo e por isso estar impossibilitada de apresentar uma reflexão analítica sobre ele, e as especialistas que estavam formulavam o Plano Básico Ambiental Componente Indígena – PBA, depois batizado de Plano Médio Xingu – PMX – durante 2010 entenderam que, sendo este um documento público, não seria necessário um artigo específico sobre ele, sugerindo alternativamente a publicação de um resumo do documento feito por terceiros, o que acabou não sendo feito, sendo aqui publicado apenas textos autorais, e não compilações ou resumos.

O dossiê conta a história recente do processo de licenciamento e dos impactos da UHE Belo Monte na questão indígena, inclusive pelo lapso de tempo de preparação de cerca de três anos. Não foi fácil para ninguém escrever algo em curso, e o dossiê sempre parecia ter um tom de algo ultrapassado; mas achamos que, sabendo-se uma história em curso, ela era também uma história que precisava ser contada, e que o momento era este.

1 Docente da UFSCar, membro da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA.

Belo Monte não é novidade – só o é o projeto de engenharia e o processo político que possibilita hoje sua realização. Ele é continuidade de um projeto da época da ditadura, conhecido por Kararaô, que foi abortado pela pressão internacional e pelo grande encontro dos povos indígenas em Altamira em 1989.

A definição dos povos indígenas como impactados foi sendo negociada durante todo o processo de licenciamento, e continua sendo. O projeto de Kararaô impactaria a montante da barragem, mas a impossibilidade política de aprovar o projeto tornou-o uma hidrelétrica por fio d'água. Isso mudou toda a geopolítica dos impactos: ao invés de construir um reservatório, planejou-se a mudança do curso do rio, desviando suas águas desde a barragem do Sítio Pimental até o município de Belo Monte, onde ficarão as turbinas principais, o que dá o poético nome ao empreendimento. Com isto, povos que não seriam antes diretamente impactados passaram a sê-lo, e o impacto maior passou a ser não mais a inundação, mas a seca dos rios que banham as terras indígenas. Assim, os estudos que haviam se voltado à montante da barragem teriam que ser refeitos na sua jusante na Volta Grande do Xingu.

Estes tiveram início em 2006 para os Juruna e os Arara da Volta Grande do Xingu. Não, porém, para os Xikrin cuja Terra Indígena é banhada pelo Rio Bacajá, porque se considerou que os impactos no Xingu já definiria a situação deste afluente. Foi só em 2009 que se pôde fazer o estudo de impacto com os Xikrin, com dados primários, que foi nomeado Estudos Complementares do Rio Bacajá, uma condicionante da obra definida pela FUNAI. Neste momento os Estudos de Impacto para os povos indígenas considerados não diretamente impactados foram realizados com dados secundários. Isto valia para os Xikrin do Bacajá, os Parakanã, Araweté e Asurini no rio Xingu, os Kararaô, Arara do Laranjal e Arara da Cachoeira Seca no rio Iriri. O máximo que se conseguiu na época foi a passagem de coordenadores de membros das equipes de estudos pelas aldeias desses povos para colher seus depoimentos e visões dos impactos.

Enquanto na Volta Grande do Xingu os estudos transcorreram por quatro anos, contando com diversos encontros dos indígenas com as equipes e uma metodologia participativa, o primeiro Estudo de Impacto do rio Bacajá foi feito apenas em 2009, contando com rápidas visitas às aldeias em 2010. Os Estudos Complementares do Rio Bacaja foram realizados em apenas um ciclo hidrográfico, o que mantém os Xikrin insatisfeitos com o resultado.

Neste percurso, também o Plano Básico Ambiental – Componente Indígena estava sendo elaborado sob a coordenação de importantes antropólogos e indigenistas e por grupos de especialistas em 10 eixos de atuação. Em fevereiro de 2010, foi feita uma primeira apresentação das atividades propostas a representantes das etnias impactadas. As coordenadoras do PBA fizeram, então, em companhia da Norte Energia S/A e Funai/CGGAM, visitas às aldeias explicando as propostas do PBA. O que ocorreu depois pegou, acho, muitos de surpresa – os indígenas não reconheceram o PBA e não se sentiram devidamente representados e consultados sobre ele. Nesse meio tempo, um agravante: o Plano Emergencial, que instituiu uma soma de R\$ 30.000,00 mensais por aldeia em forma de uma lista de compras que era revista pela FUNAI e adquirida pela Norte Energia S.A., sendo o transporte das mercadorias de responsabilidade das lideranças das aldeias. Este Plano, convênio firmado entre a Norte Energia S/A e a FUNAI, valeu até dezembro de 2012, tendo inúmeras consequências, como a extensão da estadia na cidade por mais tempo, o maior trânsito aldeia-cidade, o aumento de consumo de produtos industrializados, o acirramento do alcoolismo, e conflitos intra e interaldeias, levando à abertura de novas aldeias e a conflitos e desconfianças interétnicas. Havia ainda o conflito entre o PBA – proposto em forma de projetos nos 10 eixos, tal como educação, saúde, gestão territorial, atividades produtivas, saneamento, etc. – e o Plano Emergencial, que fornecia recursos às aldeias, mesmo que indiretamente, já que as lideranças reclamavam tanto da burocracia para conseguir comprar o que queriam – as “listas de

compras” realizadas nas aldeias, revistas pela FUNAI e repassadas para o escritório local da Norte Energia S.A. por meio de radiogramas e ofícios, a falta de prestação de contas – quanto, e principalmente, de que este repasse de dinheiro, mesmo que indireto, tinha um fim previsto, e que a FUNAI insistia – mesmo enquanto repassando estes recursos – que as compensações e mitigações pelo impacto não podiam ser feitas por meio de indenizações e não poderia ser monetária, quando o que praticavam era uma versão viciada disto. No primeiro semestre de 2011, equipes foram contratadas para acompanhar as compras pela FUNAI, e para transformar a “lista de compras” em projetos culturais e de atividades produtivas, um processo difícil e que acabou praticamente fracassando.

Os indígenas interromperam as obras diversas vezes nestes dois anos em que elaboramos esta publicação, sempre pedindo melhor conhecimento do PBA Indígena e as oitivas indígenas, que nunca foram feitas. O PBA acabou sendo aprovado pela FUNAI em agosto de 2012, fruto da negociação da desocupação do canteiro de obras por nove etnias locais. Hoje se desdobra em Planos Operacionais, e o excelente trabalho técnico desenvolvido por profissionais altamente capacitados corre o risco de ser perdido na pressa da construção e pelo descompromisso dos responsáveis pelo empreendimento. Assim, a tardia aprovação pela FUNAI corre o risco de ser apenas nominal, e os dez eixos de propostas que correspondiam as condicionantes da obra, o risco de nunca saírem do papel.

Os antropólogos também se engajaram neste processo. Alguns colaboram com os estudos de impacto ambiental, mesmo se vendo com questões éticas importantes, e apresentam aqui os resumos de seus estudos e análises de sua elaboração e da recepção pelos povos indígenas. Colaboraram também na elaboração do PBA Componente Indígena, seja compondo equipes de formulação de propostas, seja acompanhando os povos indígenas com quem trabalham nas reuniões em que estas eram apresentadas e discutidas, a convite da coordenação das equipes de elaboração do documento. Em outros

contextos, em reuniões com a Reunião Brasileira de Antropologia, realizada bianualmente pela Associação Brasileira de Antropologia, e os Encontros Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS, reuniram-se para a redação de moções aprovadas nas assembleias, e em Grupos de Trabalho, Fóruns e Mesas discutindo os laudos periciais antropológicos, o ofício dos antropólogos, as políticas indigenistas e os processos de licenciamento ambiental. A Comissão de Assuntos Indígenas da ABA – CAI/ABA – redigiu, debateu e aprovou moções, manteve um fluxo de informações pela página da ABA, organizou um Fórum sobre Belo Monte e a Questão Indígena na Reunião Brasileira de Antropologia de 2012, disponibilizado em vídeo no site da ABA, e escreveu uma série de documentações, além de organizar e publicar este dossiê.

Durante algum tempo, muitos de nós embalou sonhos de parar Belo Monte, deixar a água fluir pela Volta Grande do Xingu e pelo Rio Bacajá, manter fauna, flora, cheias, vazantes, ribeirinhos, indígenas e o povo do Xingu em geral livres desse pesadelo, mas esta é a maior obra do Processo de Aceleração do Crescimento – PAC e, portanto, muito difícil de combater. É uma pena que ela esteja sendo realizada afrontando, violando e revogando todos os direitos indígenas que este país se orgulha de ter conquistado no processo de redemocratização.

Oferecemos aos leitores interessados uma parte dessa história, que ainda não chegou ao fim – e esperamos que nossos piores pesadelos não se realizem.